



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 28 de Janeiro de 1970

A Igreja é uma obediência libertadora

Nestes anos do pós-Concílio, estamos a procurar um novo modo de proceder na nossa vida moral, novos métodos no exercício da nossa actividade no campo da fé, e formas novas na concretização prática da nossa profissão cristã.

Notamos, primeiramente, que a Igreja e a teologia da Igreja devem exercer um influxo proeminente na nossa concepção religiosa. Notamos que uma grande parte de nosso modo de proceder e da nossa religiosidade deve depender da doutrina da Igreja e da ideia que fazemos da mesma Igreja. Tudo aquilo que o Concílio ensinou sobre a Igreja deve impregnar as formas da nossa moralidade.

Em segundo lugar, observamos que o Concílio desenvolveu o ensinamento da Igreja sobre diversos aspectos da vida humana, que exaltam, engrandecem e libertam a pessoa humana, e, de um certo modo, a colocam no centro do sistema doutrinal e prático da religião cristã. O Concílio fala de vocação, de consciência, de liberdade, de responsabilidade e de perfeição do homem. Exalta e nobilita a antropologia, sem prejudicar a teologia e a cristologia, pois também nessas doutrinas a ciência antropológica vai buscar luz e consistência. Engrandece o homem que, segundo os seus ensinamentos, é capaz de sair vitorioso, em estatura e eficiência, do confronto com o humanismo profano de nossos dias, que nos apresenta a figura do seu ídolo: o homem intelectual, activo, agitado, gozador e sofredor, do mundo moderno.

Se os ensinamentos morais do Concílio se apresentam à nossa consideração, nesta síntese extremamente simplificativa, mas exacta, ousamos oferecer à vossa reflexão a fórmula seguinte:

a Igreja é uma obediência, é uma obediência libertadora. Trata-se de uma fórmula paradoxal que, à primeira vista, é pouco atraente. No entanto, examinai-a um pouco. A Igreja é uma obediência libertadora.

Que a Igreja é uma obediência, no sentido geral deste termo, é evidente. Sabemos que a Igreja é uma sociedade, uma comunhão, um povo organizado e governado pastoralmente. Ora, tudo isto implica uma adesão qualificada, uma obediência, no plano horizontal, como hoje se diz, e mais ainda no plano vertical. A Igreja é um sinal, um sacramento, a ponte entre Deus e a humanidade. Por um lado, Deus derrama a luz da sua revelação sobre a humanidade. Por outro, a humanidade, ao colocar-se, por meio da fé, sob o feixe desta luz, torna a viver para a graça, adquire um novo princípio de vida, e é chamada e ajudada a viver de um modo sobrenatural. A Igreja, por meio de Cristo, é uma relação bem determinada com Deus. E a vontade de Deus, esta nova vontade de Deus relativa aos homens, denominada caridade, torna-se uma relação muito exigente.

Ao *fiat* divino, que instaura a economia da salvação, deve corresponder o *fiat* humano, que aceita o ingresso nesta economia nobilitante. Maria exclama: « Faça-se em mim segundo a tua palavra » (*Lc* 1, 38). Jesus ensina: « Nem todo aquele que me diz: Senhor, Senhor, entrará no reino dos céus, mas aquele que faz a vontade do meu Pai que está nos céus » (*Mt* 7, 21). Fazer a vontade do Pai é a condição, é a norma. A obediência é a virtude moral básica, que dá fundamento às nossas relações com Cristo e com Deus. E a Igreja que as instaura e que abre os nossos lábios para repetirmos a oração evangélica: « Seja feita a vossa vontade » (*Mt* 6, 10).

A demonstração de que a obediência é uma lei constitucional da Igreja, que se encontra em qualquer catecismo e em qualquer livro de espiritualidade e de educação católica, está documentada por inumeráveis textos, mesmo quando a obediência é considerada como virtude particular, isto é, como submissão do homem a outros homens, no exercício da autoridade. A razão disto é a seguinte: na Igreja, como em qualquer outra sociedade, a autoridade existe e é indispensável. Possui um duplo carácter : o primeiro é de não se originar da base nem, por si, do número dos seus membros, mas de derivar da sua instituição originária e imutável, feita por Cristo, como, aliás, todos sabem; o segundo é de ter por objecto não só as acções externas de quem aceita a sua orientação, mas também, numa certa medida, algumas acções internas de grande importância, como, por exemplo, a obediência à regra da fé. Esta regra é uma livre adesão à fé, mas, depois, torna-se uma norma vinculante, tendo a Igreja por garantia e tutela. Diz São Paulo: « Não são carnis as armas com que lutamos. Elas, porém, são poderosas em Deus para destruir fortificações. Nós aniquilamos todo o raciocínio e toda a altivez, que se levanta contra o conhecimento de Deus, e cativamos todo o pensamento e reduzimo-lo à obediência a Cristo » (*2 Cor* 10, 4-5). É assim que se exprime o apóstolo da liberdade, daquela liberdade « com que Cristo nos libertou » (*Gál* 5, 1), porque, como ele diz, « vós fostes chamados à liberdade » (*Ibid.* 5, 13).

Surge, então, esta pergunta: como se explica esta dupla linguagem ? Qual é o significado das palavras obediência e liberdade ? Qual o seu valor prático ? Neste ponto, poder-se-ia, realmente, dar uma lição de exegese, isto é, de explicação dos termos usados pela Sagrada Escritura, que no momento nos interessam, e, principalmente, de dois, que nos textos bíblicos se apresentam com sentidos diversos: lei e liberdade.

Por agora, basta notar como a fórmula que vos propusemos: « a Igreja é uma obediência libertadora » não inclui contradição. Como o associar-se numa ordem comporta o libertar-se de uma outra ordem, no caso do homem, de uma desordem gravíssima e fatal, assim também o pertencer à ordem da Igreja exige, por um lado, uma adesão de uniformidade consciente e viril, mas, por outro, confere também uma libertação das cadeias mais pesadas: a da ignorância das verdades de Deus e do nosso destino, a do pecado, a da solidão, a da caducidade e da morte. Trata-se de uma libertação que faz com que as faculdades do homem entrem em acção, intensiva, livre e responsável : a sua inteligência, a sua vontade e todas as riquezas da sua psique e da sua capacidade de auto-formação, e, portanto, a sua faculdade de se exprimir na esfera do bem, da justiça, do amor e da arte. É preciso, porém, compreender profundamente o que é a Igreja, que educação ela nos quer dar, a felicidade de sermos seus filhos e a necessidade de lhe permanecermos fiéis.

A grande tentação da nossa geração é a de se cansar da verdade, que temos a ventura de possuir. Muitos dos que compreendem a gravidade e a utilidade das mudanças verificadas no campo da ciência, da técnica e da vida social, perdem a confiança no pensamento especulativo, na tradição e no magistério da Igreja. Não confiam na doutrina católica, procuram libertar-se do seu carácter dogmático, já não querem aceitar definições que sejam válidas para todos e obriguem para sempre. Iludem-se, julgando encontrar outra liberdade, não apreciando já aquela de que gozam, alterando os termos da doutrina sancionada pela Igreja ou dando-lhe interpretações novas e arbitrárias, com alarde de erudição e, mais ainda, de intolerância psicológica. Sonham, talvez, architectar um novo tipo de Igreja que corresponda às suas intenções, às vezes nobres e elevadas, mas que já não é aquele tipo autêntico da Igreja que Jesus Cristo fundou e, na experiência histórica, desenvolveu e aperfeiçou. Sucede, então, que a obediência diminui. Com ela, diminui também a liberdade, característica daquele que tem fé e opera na Igreja, com a Igreja e para a Igreja, e é substituída pela imperceptível submissão a outras obediências que se podem tornar pesadas e contrárias à verdadeira liberdade do filho da Igreja. Newman, o grande Newman, na conclusão da sua famosa *Apologia pro vita sua*, fala-nos da paz que encontrou quando se converteu à Igreja Católica. É um exemplo que devemos recordar. Para tanto vos anime, na vossa fidelidade, a Nossa Bênção Apostólica.
